Sociedade Anônima de Capital Fechado CNPJ nº 24.286.218/0001-12 Belo Horizonte - MG

# Cemig Geração Oeste S.A. CEMIG



# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando se indicado de

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- Alterações ao IAS 12/CPC 32 Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas;
- diferidos para perdas não realizadas;

  Iniciativa de Divulgação (Alterações ao IAS 7) altera o IAS 7/
  CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa Para esclarecer
  que as entidades devem fornecer divulgações que permitam aos
  usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em
  passivos provenientes de atividades de financiamento. Aplicável a
  períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9/CPC 48 Instrumentos Financeiros estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no esco-po da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Em relação ao impairment de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38.
- IFRS 15/ CPC 47 Receitas de Contratos com clientes em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo com base em princípios para as empresas utilizarem na contabilização de re-ceitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relaci

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

de 2019:

IFRS 16 – Arrendamento mercantil – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, inclusive os atualmente classificados como arrendamentos operacionais.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados a deter minadas normas apresentadas acima, com data de adoção para 2018 e 2019. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários — CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia ainda está avaliando os efeitos da aplicação dessas novas normas e alterações de normas existentes sobre os valores e divulgações apresentados nas Demonstrações Financeiras da Companhia

# 2.7. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis foram aplicadas em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade. As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

# a) Instrumentos Financeiros

Instrumentos rinaicerios
Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento
original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os
quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

timento ou outros fins.

b) Consumidores e Revendedores
As contas a receber de Consumidores e Revendedores – são registradas inicialmente pelo valor faturado e não faturado, e mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.
A Companhia efetua análise individual dos saldos em atraso a fim de avaliar a necessidade de reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

c) Redução ao valor recuperável

# c) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza ten-dências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

pelas tendências históricas.

d) Imposto de Renda e Contribuição Social
O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente.
A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.
Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido.

sobre da recenta indiacerias. Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

# e) Receita Operacional

Receita Operacional
De forma geral, para os negócios da Companhia no setor elétrico,
as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou
quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independante do efetivo recebimento. dente do efetivo recebimento

dente do efetivo recebimento.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período ente o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão.

Concessivos prestados incluem energros de comerão e outros. Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outro serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando o serviços são prestados.

# f) Receitas e despesas financeiras

As Receitas Financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira e também acréscimos moratórios em contas de energia elétrica. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos

As Despesas Financeiras referem-se à variação monetária sobre 8. ENCARGOS REGULATÓRIOS projetos de pesquisa e desenvolvimento.

# 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016
Contas Bancárias	9
Aplicações financeiras	
Certificado de Depósito Bancário - CDB	492
Overnight	2.463
TOTAL	2.964

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 75% a 105,25% conforme operação.

As operações de *overnight* consistem em aplicações com disponibi-lidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normal-mente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em aproximadamente 13,64%

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº Demonstrações Financeiras.

## 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2016
Aplicações Financeiras	
Circulante	
Certificados de Depósitos Bancários	218
Letras Financeiras - Bancos	4.847
Letras Financeiras do Tesouro	1.285
Debêntures	484
	6.834
Não Circulante	
Letras Financeiras - Bancos	94
Debêntures	213
	307
	7.141

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 100,5% a 105,25%, em 2016, conforme operação.

que variani entre 100,3% a 103,25%, en 2010, comonite operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 112,7% do CDI em 2016.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 113% do CDI em 2016.

A classificação destes títulos e valores mobiliários de acordo as categorias previstas na norma contábil está apresentada na Explicativa nº 16 das Demonstrações Financeiras.

# 5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 31/12/2016
Suprimento a Outras Concessionárias	2.075	57	57	2.189
Ativo Circulante				2.189

Os valores a receber não estão vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Con res e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 16 onstrações Financeiras

# 6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Em novembro de 2015 a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, dentre elas as PCHs Cajurú, Gafanhoto e Martins, cuja concessão pertencia à própria Cemig GT.

Em junho de 2016 a Cemig GT transferiu a titularidade do Contrato de Concessão das PCHs Cajurú, Gafanhoto e Martins para a Cemig Geração Oeste - S.A., Sociedade de Propósito Específico - SPE,

O contrato de exploração da concessão é garantido pelos próximos 30 anos. Em 2016, a energia foi toda comercializada no Ambiente de Contratação Regulada — ("ACR") no Sistema de Cota de Garantia Física — ("CGF" ou "regime de cotas"). A partir de 2017 a energia será comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no ambiente livre (ACL).

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

O saldo do ativo financeiro, em 31 de dezembro de 2016, é como

	31/12/2016
Geração - Bonificação de Outorga	59.822
TOTAL	59.822
A movimentação do ativo financeiro é como segue:	
	31/12/2016
Saldo inicial em 01 de fevereiro de 2016	_
Adição - Bonificação de Outorga	59.866
Recebimentos	(6.462)
Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga.	6.418
Saldo em 31 de dezembro de 2016	59.822
Circulante	11.129
Não Circulante	48.693

# 7. FORNECEDORES

7.1 OR LECEDORES	
	31/12/2016
Suprimento e Transporte de Energia	177
Materiais e Serviços	1.102
TOTAL	1.279

	31/12/2010
Circulante	
Taxa de fiscalização	9
Empresa de Pesquisa Expansão	
do Sistema Energético – EPE/MME	13
Compensação Financeira Utilização	
de Recursos Hídricos	43
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento	
Científico e Tecnológico	17
	82
Não Circulante	
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	61
	61
TOTAL	143

# 9. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## a) Impostos, Taxas e Contribuições Sociais

Circulante	
ICMS	2
COFINS	88
PASEP	19
INSS	120
Outros	13
TOTAL	242

## b) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher

	2016
Circulante	
Imposto de Renda	117
Contribuição Social	94
TOTAL	211

## c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	2016
Não Circulante	
Imposto de Renda	59
Contribuição Social	21
TOTAL	80

## 10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2016, o Capital Social da Companhia era de R\$60.595 mil, dividido em 60.595.484 ações ordinárias, nomir ninal.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Energia Elettica - ANEEL.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais.

As ações preferenciais não conferem direito a voto a seu titular, sendo a elas assegurada a prioridade no reembolso do valor das ações subscritas e integralizadas, no caso de dissolução da Companhia ou distribuição de dividendos.

A composição das contas Reservas de Capital e Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2016
Reserva Legal	576
Proposta de distribuição de Dividendos Adicionais	8.204
	8.780

# Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabe-lecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capi-tal Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

# Reserva da Proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou na Reserva de Lucros o montante de R\$8.204 referentes a dividendos propostos pela administração que excedem a 25% do Lucro Líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no Estatuto Social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela Assembleia Geral de Acionistas.

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividen-dos mínimos obrigatórios de 25% do Lucro Líquido do exercício, ajustado conforme a Lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acu-mulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos para 2016 foram conforme segue

	31/12/2016
Dividendos Obrigatórios	
Resultado do Período	11.515
Reserva Legal Constituída	
Reserva Legar Constituida	10.939
Dividendo Obnicatónia	10.737
Dividendo Obrigatório –	
25% do lucro líquido ajustado	2.735
Dividendos Declarados	
Dividendos intermediários	1.973
Dividendos Estatutários	762
	2.735
Dividendos Adicionais Propostos	8.204
Total dos Dividendos	10,939
Total dos Dividendos	10.737
Dividendes non esão	
Dividendos por ação	
Dividendos Estatutários	0,0451
Dividendos Adicionais Propostos	0,1354
Total	

Destinação do Resultado de 2016 - Proposta da Administração

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada em 2017, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2016, no montante de R\$11.515:

■ R\$576 para constituição de Reserva Legal;

- R\$762 para pagamento de Dividendos Estatutários;
- R\$1.973 para pagamento de Dividendos Intermediários;
- R\$8.204 para pagamento de Dividendos Adicionais.

- A proposta de pagamento dos dividendos estatutários declarados e dividendos adicionais é como segue:

  R\$1.973 pagos antecipadamente em 27 de dezembro de 2016;

  R\$8.966, correspondentes a R\$762 de dividendos estatutários e R\$8.204 de dividendos adicionais, serão pagos até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observado este prazo, determinar os locais e processos de pagamento.

31/12/2016

31/12/2016

	31/12/2016
Suprimento Cotas - Geração Própria	13.673
Suprimento não Faturado Cotas - Geração Própria	2.075
Realização Ativo Financeiro da Bonificação	
pela Outorga	(6.462)
Fornecimento bruto de energia elétrica	9.286
Receita de Atualização da Bonificação	
pela Outorga (a)	6.418
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (b)	(881)
	15.131

## (a) Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bo-nificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 06 destas Demons-

## (b) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

(-)	-
	31/12/2016
Tributos sobre a Receita	
COFINS	471
PIS-PASEP	102
	573
Encargos do Consumidor	
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	59
Fundo Nacional de Desenvolvimento	
Científico e Tecnológico - FNDCT	59
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	30
Taxa de Fiscalização de Serviços	
de Energia Elétrica - TFSEE	56
Compensação Financeira pela Utilização	
de Recursos Hídricos - CFURH	104
	308
	881

# 12. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2010
Pessoal	199
Materiais	75
Serviços de Terceiros (a)	1.607
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão (b)	1.235
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	13
- •	3.129

31/12/2016

a) Serviços de Tercenos	
	2016
Manutenção, Conservação e Instalação	1.14
Conservação e Limpeza de Prédios	28
Meio Ambiente	7-
Outros	103
TOTAL	1.60

b) Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Referem-se a encargos, devidos pelos agentes de distribuição e ge-ração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos pela ANEEL por meio de Resolução.

# 13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

201	0
Receitas Financeiras	
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro	435
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	9
	444
Despesas Financeiras	
Variações Monetárias	(2)
· ·	(2)
RESULTADO FINANCEIRO	442

# 14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 15%) mais adicional de 10% (R\$140.000) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração

2016

	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita Bruta	15.704	15.704
Percentual de Presunção	8%	12%
· · · · · ·	1.256	1.884
Receita Financeira s/resgate		
efetivo aplicação	199	199
Outras Receitas Financeiras	9	9
Base de Cálculo -		
Lucro Presumido	1.464	2.092
Imposto 15%/ CSLL 9%	219	188
Adicional 10% valor superior		
a R\$140	134	_
-	353	188
Rendas não resgatadas	236	236
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferidos	59	9%
Resultado IR e CS	412	209
Corrente	353	188
Diferido	59	21
Total Imposto de Renda e		
Contribuição Social Correntes	541	
Total Imposto de Renda e		
Contribuição Social Diferidos	8	0